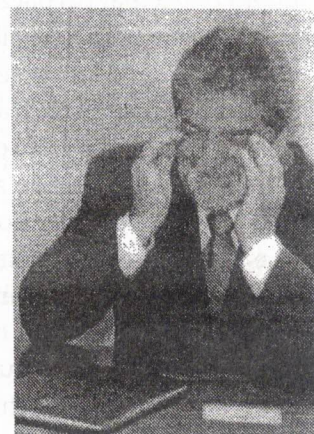


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

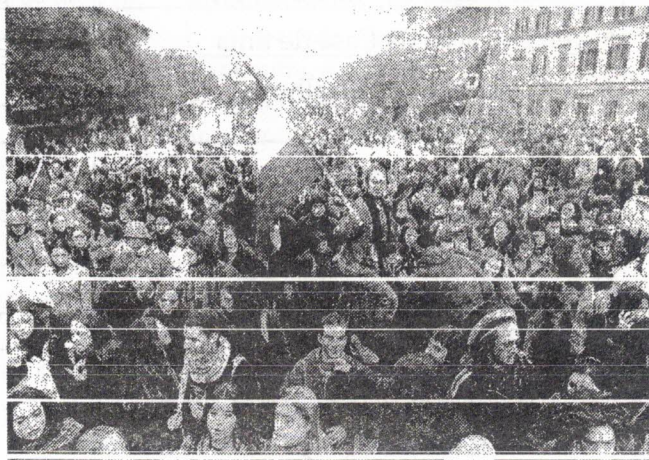
ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 250 - DE 25 DE NOVEMBRO A 9 DE DEZEMBRO DE 2002- R\$ 1,00

- **Não ao apoio ao governo Lula**
- **Não ao pacto social**
- **Nenhuma organização de massa nas negociações do pacto**
- **Que o governo atenda as reivindicações das massas e cumpra suas promessas de campanha:**
 - 10 milhões de empregos e fim da fome**
- **Contra a reforma privatizante da previdência**
- **Nada de salário de fome - emprego a todos**
- **Escala móvel de horas de trabalho e salário**
- **Fim dos latifúndios**
- **Entrega das terras aos camponeses**



Ao lado do Iraque contra o imperialismo:

**Fora com a resolução da ONU,
marionete do imperialismo!
Em defesa da autodeterminação
do iraque contra a ingerência
norte-americana**



Quinzena da Luta Operária

O Pacto Social

A eleição de Lula propiciou a discussão do Pacto Social, mais um pato para a classe operária pagar, mas na verdade o que é este pacto. É uma negociação entre governo, empresários e trabalhadores. Ou seja, quem participar do pacto aceita a tática da conciliação de classes. O fim deste diálogo já pode ser visto, tirarão os direitos dos trabalhadores, pois a burguesia consegue aplicar toda sua linha quando a classe operária não está colocando abertamente a tática da ação direta.

As principais mudanças vêm no sentido de mudanças na CLT, por pressão da burguesia querem acabar com os direitos dos trabalhadores que estão na CLT e em troca realizar negociações com os patrões em cada categoria. Como podemos ver é o que já estava em negociação no governo FHC, mas ele foi incapaz de

realizar. A burguesia aposta agora que o governo Lula consiga.

Os Patrões não querem mais mutilados

Os patrões, na sanha de manter seus lucros a qualquer custo, escolheram um novo motivo para atacar a saúde do trabalhador. Sabemos que as péssimas condições de trabalho e os ritmos acelerados da produção têm deixado milhões de operários com seqüelas. Para a burguesia, isto é um problema, pois estes operários são considerados improdutivos e por isto devem ser tirados da produção. Os números são estarrecedores: só neste ano foram 371 mil pedidos de auxílio-doença. Seguindo seu plano, procuram agora nos acordos coletivos eliminar a cláusula que dá estabilidade para os operários acidentados e portadores

de doenças profissionais até a aposentadoria. Os patrões querem, no máximo um ano, depois de constatado o acidente

Novo Acordo Maldito

A direção traidora fechou mais um acordo maldito. Liberaram a terceirização de setores com cerca de 2000 funcionários, além de outras mudanças na Volkswagen de São Bernardo. Para livrarem a cara afirmam que as mudanças dependem da confirmação de que o Tupi Europa será mesmo fabricado em São Bernardo, já que outros modelos — como o Santana e a Kombi — deixarão de ser fabricados no local. A produção do Polo, que começou neste ano, garante só parte dos 14.600 postos de trabalho. Esta foi a ameaça imposta pela patronal com o aval da direção sindical

Mais um acordo maldito

Publicamos abaixo o boletim Nossa Classe contra o acordo assinado entre a direção do sindicato metalúrgico do ABC (PT) e a direção da Volks.

É vergonhoso, mas é verdade. Mais uma vez, vimos a direção do sindicato meter goela abaixo do trabalhador uma proposta da empresa. A maneira como o coordenador do Comitê Sindical e o vice-presidente do sindicato apresentaram e colocaram em votação a proposta de terceirização não se diferenciou em nada das reuniões que a gerência fez para pressionar os trabalhadores a aceitarem o acordo.

Veja o que eles defenderam e foi aprovado:

• Terceirização da Ala 5 e 3 – PTO	2000 postos
• Terceirização da Casa de tinta	33 postos
• Terceirização da Serralheria, vidraceiro, chaveiro	38 postos
• Terceirização da sucata Ala1, Movimentação de veículos, Postos de gasolina	36 postos
• Terceirização da logística da ferramentaria	19 postos

Mais de 2000 postos de trabalho serão eliminados. A pergunta é: Para onde esses companheiros irão, se o projeto Tupi só virá em 2005?

Na assembléia, a direção do sindicato dizia o mesmo que a gerência: “Todos serão realocados na produção”. Será que existe lugar? E os companheiros das áreas técnicas? Será que existem tantas áreas técnicas? Acredite se quiser.

O mais grave, companheiros, é que este acordo ainda permite a empresa contratar trabalhadores com salário menor que o nosso, durante seis meses. Salário este que ainda não foi definido e que está nas mãos da empresa defini-lo.

Tudo isso vem somente reafirmar a posição patronal da direção de nosso sindicato e da chapa 1, que em todos os acordos foram favoráveis à terceirização, redução de salários e as demissões. Mostrando, assim, que não representam os nossos interesses diante da exploração capitalista.

A classe operária está sendo ferrada

Companheiros, vocês notaram que ano a ano temos perdido parte do salário, do emprego e de direitos trabalhistas?

No ano passado, a multinacional nos ferrou com a redução de 15% nos salários, demitiu 700 e nós continuamos trabalhando adoidadamente. A produtividade continuou em alta, com menos operários e com salários menores. A empresa e a direção de nosso sindicato ofereceram como consolo a tal da estabilidade de 5 anos. É como tirar o brinquedo da criança dando a ela uma chupeta de doce.

Basta ver que não passou um ano para que a Volks visse com novas exigências. Desta vez impondo a terceirização de mais de 2000 postos de trabalho. Isso significa que mais cedo ou mais tarde a empresa irá eliminar os postos terceirizados.

Não podemos nos esquecer que em novembro de 2001 a multinacional alemã anunciou a demissão de 3000. No final, obteve o acordo maldito, com 700 demissões. Vocês acreditam que a empresa desistiu de destruir os 2300 postos de trabalho que faltaram em seu projeto de reestruturação? É claro que não.

A terceirização vem para completar esse plano ditado lá da Alemanha. Mas como não poderia se converter em demissão imediata, a empresa está usando a terceirização como instrumento de preparação para a demissão.

Por outro lado, a terceirização é um meio de redução salarial, de impor o contrato temporário e de não pagamento de direitos trabalhistas. É também um meio de tornar os operários mais dependentes do empregador e assim fazer dos operários carneirinhos que podem ser jogados de um lado para o outro e demitidos na hora que o patrão bem entender.

Como se vê, a terceirização serve para aumentar a exploração da mão de obra e, ao mesmo tempo, é um meio político para os capitalistas dividir os operários entre terceirizados e não-terceirizados e combaterem a revolta da classe operária, tornando os trabalhadores escravos de cabeça baixa.

O sindicato não poderia nunca aceitar a terceirização

A direção do sindicato, ao aceitar a terceirização sem nenhuma luta, deu mais um passo a favor do plano de reestruturação capitalista. Colabora assim com a destruição de postos de trabalho e aumento do exército de desempregados.

De que adianta a Tribuna Metalúrgica denunciar o aumento do desemprego no país se na hora de se colocar contra o ataque patronal a direção colabora com o patronato? Foi assim na aprovação do acordo maldito do ano passado e foi assim agora com a terceirização.

É preciso ver que está em andamento o que o governo FHC chamou de reforma trabalhista. Os sindicatos tanto da CUT quanto da Força Sindical não têm feito oposição a essa reforma. Pelo contrário, têm ajudado as multinacionais implantarem seus planos de demissão, redução salarial e liquidação de direitos trabalhistas.

A regra capitalista de aumentar a produtividade e diminuir os gastos com a mão-de-obra (força de trabalho), para se obter maiores lucros, está sendo concretizada por meio do que chamamos de acordos malditos. As direções sindicais, quando pressionam os trabalhadores a aceitarem tais acordos, ajudam os capitalistas a aumentarem seus ganhos e prejudicam a classe operária que se vê empobrecida e desempregada.

É preciso vencer o terror patronal lutando

No chão de fábrica corre a opinião da direção do sindicato que diz que não dá para fazer nada, a não ser negociar as perdas. Essa posição é derrotista. Entra-se na negociação de cabeça baixa e sai de calças abaixadas. Temos de dizer não à política de calças abaixadas.

A classe operária tem como se defender do desemprego e da exploração usando sua força na produção. Temos a greve como instrumento coletivo para enfrentar os planos malditos. Temos as assembléias para unir toda a classe operária contra o desemprego. Temos nossa reivindicação de redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários. Para nos proteger, temos a força coletiva que faz funcionar ou parar a produção.

A política da classe operária é a da luta de classe e não de colaboração de classe. A luta de classe faz a defesa de nossas vidas contra a exploração. A colaboração de classe faz a defesa do lucro patronal contra nossas vidas.

Quem se coloca a favor da terceirização ajuda os capitalistas a destruírem postos de trabalho. Ao contrário, defendemos o emprego a todos.

Lutemos pelo emprego e pelo salário.

Fora com a terceirização e os acordos malditos.

Defesa da estabilidade a todos, contrato por tempo indeterminado, redução da jornada sem redução do salário e readmissão dos demitidos.

Situação Política**A Transição de FHC a Lula**

Os maiores elogios têm sido derramados à forma como a transição de governo vem sendo realizada entre a equipe de FHC e a de Lula. É lua-de-mel democrática em um paraíso democrático. Mas o caiadinho de branco por fora esconde por dentro escombros apodrecidos. FHC entrega a Lula um Estado quebrado, carcomido pelo endividamento, parasitismo, roubalheira, desperdício, jogo orçamentário, contratos e acordos lesivos etc.

O grande estadista que entregou o País ao imperialismo, comprou votos e manejou cargos para obter da corruptela parlamentar aprovação de seus projetos entreguistas está sendo preservados pelo imperialismo como símbolo do auge democrático, da decência, da modernidade e da competência.

A cúpula petista sabe muito bem de tudo isso. No entanto, fez uma campanha eleitoral isenta de ataques a FHC e à aliança partidária que sustentou seu governo (PSDB,PFL,PMDB). Essa conduta representou um compromisso de transição, que agora tem sua continuidade na passagem de FHC a Lula.

O colaboracionismo tem sido tão descarado e a situação de penhora do tesouro nacional é tão grave que representantes do PT começam a se preocupar. O governador do Acre, Jorge Viana (PT), declarou ao Estadão: "Há uma tendência de essa lua-de-mel se manter na fase de transição, mas a situação deverá ficar bem diferente". Por que diz isso? Porque a equipe de FHC pretende embrulhar a bomba de pavio curto em papel de presente a ser entregue a Lula aos olhos da população.

Os petistas começam a recear a falsa imagem de uma conta equilibrada, de um orçamento solvente e de sólidos fundamentos econômicos. É como se o governo derrotado nas urnas entregasse ao vencedor um país bem administrado, que fez progressos na educação e na saúde, que elevou as condições de vida da população, erradicando parte da miséria, que executou reformas modernizadoras voltadas ao crescimento sustentado etc.

Se o PT/Lula aceitarem esse embru-



lho como presente a ser bem cuidado, estarão fritos. É isso que quer dizer Jorge Viana quando afirma que há um "impressão equivocada de que houve um grande entendimento". E explica que "houve entendimento para a transição, mas não de compreensão sobre o país".

Antônio Palocci, homem forte de Lula, se posicionou na mesma linha de Viana. Declarou: "O presidente Lula pediu um relatório que ajudasse o novo governo, então não posso fazer um relatório político ou tendencioso. Terá de ser um retrato muito verdadeiro daquilo que Lula irá encontrar. Se as eventuais análises desagradarem ao atual governo, não vou deixar de fazê-las".

Como se vê, não se trata de mostrar aos explorados os feitos desastrosos das reformas pró-imperialistas e antipopulares da aliança governamental de FHC, para combatê-la e expulsá-la do poder, mas sim para livrar Lula de responsabilidades futuras. O novo governo precisará apresentar parte da realidade catastrófica para justificar seus limites de governabilidade, para dizer que pouco poderá fazer para os famintos, que primeiro terá de arrumar a casa, mantendo a linha de reformas neoliberais e a tal da confiança do mercado (dos agiotas) e que a herança recebida só permite distribuir migalhas para os milhões de famintos. Precisarão de um relatório que mostre a necessidade de um pacto social, com o qual pretende amarrar ainda mais os sindicatos, CUT e movimentos nos moldes da política pró-capitalista.

É claro que para isso não pode aceitar o cartão postal de FHC do seja bem-vindo ao palácio do governo e ao

reino encantado de Alice no País das Maravilhas.

Lula quer um bom entendimento com FHC, porque dependerá do poder já montado para governar. Não quer atacá-lo e não pode fazê-lo. Mas também não pode esconder a fraude montada por esse poder para acobertar a ruína da economia e o grau de submissão ao imperialismo. Por isso, Palocci, antecipadamente pede desculpas a FHC: "Tenho certeza de que o atual governo irá entender que esse é um trabalho técnico necessário para o futuro governo. (...) "Não pretendemos criar uma falsa polêmica. Queremos simplesmente que os documentos sejam verdadeiros e retratem a situação do país." (Estadão,23/11).

Lula chega ao poder colaborando com FHC e este com Lula. Cada um apresentará a feição do país que mais lhe convier. Não há nenhuma ruptura de governabilidade. Pretende-se apenas adaptações. O poder da classe capitalista sobre o Estado e a economia continuará intacto. O novo governo estará por baixo dele e a seu serviço em todas as questões que envolvam a defesa do capitalismo contra a revolta dos explorados.

Os trabalhadores que confiaram seu voto no PT, acreditando em mudanças, logo verão que não poderão contar com ele. Desde já, deverão exigir que o governo PT/Lula apresente ao país todos acordos selados com o imperialismo, secretos ou não; que mostre a real situação das contas públicas; que se revele toda a agiotagem, quem são os grandes ganhadores; quem são os sonegadores; que se mostre toda corrupção; que se indique quem são os poderosos dentro do Estado. E, sobretudo, exigir que o governo PT/Lula não tome uma só medida que prejudique ainda mais a vida das massas, que cumpra suas promessas eleitorais dos 10 milhões de emprego, elevação do salário mínimo, fim da fome e outros. Não aceitar a justificativa de que não tem recursos, que FHC deixou uma herança administrativa catastrófica, que agora no novo governo precisará de tempo para governar, que os sindicatos devem colaborar com o pacto social etc.

Como o POR se posiciona diante do governo Lula

Nas eleições, o POR caracterizou a candidatura Lula de burguesa, por seu programa de governo, por suas alianças e pela sua submissão ao Estado burguês. Criticamos a sua aproximação de posições pró-imperialistas, refletidas no compromisso de manutenção dos acordos, contratos e parte da política econômica de FHC. Denunciou a busca de apoio financeiro para a campanha eleitoral junto ao empresariado. Mostrou o servilismo da política petista às Igrejas. Rechaçou as promessas eleitoreiras. Combateu a propaganda do ilusionismo pequeno-burguês voltada a arrastar as massas por detrás de uma política estranha aos oprimidos. Enfrentou a burocracia sindical que enfileirou os sindicatos, material e politicamente, na campanha lulista. Lutou contra a trégua dos movimentos e o apoio desses ao PT/Lula, a exemplo do MST. Defendeu as reivindicações dos explorados e o método da ação direta. Colocou a necessidade da luta antiimperialista e anticapitalista. Propagandeou o caminho da revolução e ditadura proletárias. Com essa posição, defendeu o voto nulo programático, no 1º e 2º turnos.

Após a vitória do PT/Lula, o POR enfrenta todo tipo de pressão em favor do apoio ao novo governo. O primeiro embate se dá no enfrentamento à diretriz do pacto social. Lula para governar em meio à explosiva crise do capitalismo, à situação de quebra das finanças nacionais, ao poder desestabilizador do capital parasitário, à necessidade dos capitalistas se protegerem da crise, à acirrada disputa comercial e ao grave quadro social, em meio a tudo isso Lula necessita de reforçar a política de colaboração de classe desenvolvida pela burocracia sindical. O que o novo governo pretende é potencializar a colaboração já existente, que tem permitido as reformas pró-imperialistas e anti-operárias. A defesa da independência organizativa e política da CUT, sindicatos e movimentos perante o governo petista é a tarefa central da situação. Coloca-se a necessidade de defender as reivindicações econômicas das massas, as bandeiras

antiimperialistas e anticapitalistas, acompanhadas da luta política contra a integração das organizações dos explorados no pacto pró-burguês.

Ajudar os explorados a superar as ilusões petistas

Distinguímos a política burguesa criadora de ilusões nas reformas capitalistas, no assistencialismo do programa "Fome Zero", nas promessas de 10 milhões de empregos, na reforma agrária pacífica, das ilusões (esperanças) dos explorados em verem os seus problemas solucionados pelo governo que acabam de eleger. As massas se dirigiram ao PT/Lula, escaldadas pelas medidas opressivas do governo FHC, acreditando que um governo vindo da oposição e tendo vínculos com os trabalhadores poderá usar a governabilidade em favor dos pobres e oprimidos.

Essa ilusão se manifesta na esperança de não precisar tomar as reivindicações em suas próprias mãos, arrancá-las pela força dos capitalistas e dirigir-se revolucionariamente contra o Estado burguês. A luta de classes é custosa, árdua. Implica o proletariado enfrentar com sua força coletiva a violência dos capitalistas. Recorrer à luta de classes, para se defender do desemprego, fome e miséria, obriga as massas a usarem a violência revolucionária contra a violência reacionária da burguesia.

É baseado nisso que a política burguesa pode insuflar as ilusões na democracia burguesa, no eleitoralismo, nas promessas e nos chamados à participação popular. As massas, marcadas pelo sofrimento cotidiano da exploração, acatam o chamado do PT, que comparece como um instrumento delas e como a via de solução pacífica de suas necessidades. Acatam o chamado das Igrejas, dos sindicatos e dos movimentos populares, que as controlam, para canalizarem seus anseios aos profetas das mudanças.

Pelo caminho da democracia formal (eleitoral, burguesa), os oprimidos não podem enxergar seus opressores, não podem ver o lobo vestido de cordeiro.

No momento em que a política oficial do governo de plantão se afunda e comparece aos olhos da maioria explorada como instrumento dos exploradores, o capital escora uma oposição pequeno-burguesa que irá servi-lo no objetivo de sustentar as ilusões dos trabalhadores e evitar que estes se lancem na luta de classes. Esse é o fenômeno político do estrondoso apoio das massas ao PT. Qualquer apoio ao governo do pacto ou corpo mole frente às suas pressões constitui traição à luta revolucionária do proletariado.

Por meio da luta de classes, as massas farão experiência com o governo do pacto social

As posições governamentais anunciadas pelo PT/Lula têm agradado o grande capital. A dúvida da burguesia é se o governo conseguirá sustentá-las. Isso por que terá de tomar medidas contrárias à vida das massas. Reformas previstas, como as da Previdência, trabalhistas, contenção do salário mínimo, podem colocar o governo Lula em rota de colisão com os explorados, mais cedo do que se pode esperar.

O núcleo de comando da política econômica do governo Lula e de negociação parlamentar já anunciou a necessidade de resolver o problema da Previdência de acordo com as exigências do FMI. Quer urgência porque considera a demora um risco para sua aprovação, prevendo que o governo poderá ter um desgaste prematuro.

A cúpula petista que comporá os ministérios da área econômica, antes mesmo da posse de Lula, já vem governando sob os cálculos feitos pelo governo anterior e condicionados às diretrizes do "mercado financeiro". Assim, as tinturas nacionalistas, de defesa nacional, e a demagogia do programa Fome Zero poderão ser desmascaradas em prazos indesejáveis.

A burguesia interna e o imperialismo já rodeiam o governo Lula com os acenos de apoio a sua política social. O BIRD e o BID dispuseram alguns bilhões

de dólares para o assistencialismo da "Fome Zero". Juntamente com essa disposição, fazem a exigência de se manter a rigorosa orientação dos acordos impostos pelo FMI. É uma forma de cercar o governo, que não era o desejável, de cuidados perante os perigos da luta de classes, que se acirrará frente a um governo que foi eleito para atender aos interesses populares, mas que atenderá de fato aos interesses do grande capital.

O assistencialismo populista e algumas quirelas aos camponeses terão de ser acionados para que a essência da política capitalista seja obscurecida diante das massas. Por mais que a burguesia procure sustentar a hipocrisia reformista do PT, não terá como manter a compatibilização desse governo com a fome e a

miséria. As massas poderão ser ludibriadas por um período, acreditando que seja preciso dar tempo ao governo Lula. Nesse sentido, atuarão os esteios sindicais do reformismo traidor.

Não se pode ter previsões tão precisas quanto ao choque da classe operária e camponeses pobres com o governo que elegeram. O fundamental é ter claro cada passo do governo Lula em defesa do grande capital e contra os explorados. É pela experiência da luta de classes que as massas reconhecerão a traição dos petistas.

O trabalho revolucionário se concentra na tarefa de denunciar as medidas pró-capitalistas e pró-imperialistas e defender as reivindicações da maioria explorada pela via da ação direta e de sua

organização coletiva. O problema da relação do governo petista com o imperialismo terá grande importância nesse processo. O que nos obriga desenvolver as bandeiras imperialistas e a tática da frente única antiimperialista. Como parte desse combate, continuará tendo grande importância a luta camponesa pela terra. O trabalho em torno da aliança operária e camponesa poderá ganhar terreno.

A vanguarda revolucionária deve utilizar as contradições do governo de Lula para ajudar os explorados a constituírem organismos de poder independentes do Estado, de seus partidos e do próprio governo petista. A campanha contra qualquer tipo de pacto será parte dessa experiência.

PSTU

PSTU capitula no 2º turno perante o PT/Lula

A capa do "Opinião Socialista", 139, estampa: "PSTU chama o voto em Lula. Mas alerta: não haverá mudança sem romper com a Alca e o FMI" E no editorial explica a decisão de votar no 2º turno no PT "porque os trabalhadores acreditam em Lula e, sobretudo, querem a derrota eleitoral de Serra, candidato de Fernando Henrique, o PSTU se soma à classe trabalhadora e chama o voto em Lula."

Dadas as divergências internas quanto a essa posição e para obscurecer a capitulação perante uma candidatura compromissada com o grande capital, no mesmo editorial, o PSTU declara "nenhuma confiança no futuro governo: preparar a mobilização popular". Assim, o

PSTU convocou os seiscentos mil eleitores que votaram em Zé Maria por repudiar a política traidora do PT/Lula (não repudiaram apenas Serra) a ajudarem a colocar no poder um governo compromissado com os acordos pró-imperialistas de FHC e destinado a montar o pacto social.

A quem acompanha a vida política do PSTU não estranhou essa conduta, uma vez que sempre se posicionou pelo apoio eleitoral ao PT/Lula, com o argumento de que votar em Lula é expressar a vontade da classe trabalhadora. Não poderia o PSTU dizer: olha trabalhador, nosso partido participou nas eleições para combater tanto a política pró-imperialista de Serra quanto à

do PT que não difere no essencial da do candidato do governo, agora, no segundo turno, chamamos a não apoiar nenhum dos dois candidatos e repudiar o programa capitalista e pró-imperialista de ambos." Não, o PSTU não poderia combater o PT, contrariando as ilusões da maioria e reforçando a posição dos seiscentos mil que repudiaram as alianças petistas, sua adaptação ao imperialismo etc.

O POR, que defendeu o Voto Nulo Programático, tanto no primeiro como no segundo turno denuncia o PSTU de colaborar para eleger um governo compromissado com a classe capitalista e que objetiva integrar as organizações operárias e camponesas em um pacto social.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Rondônia

Eleição no Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO)

Burocracia lança chapa única

Na primeira quinzena de novembro ocorreu mais uma eleição dos dirigentes do SINTERO. A inscrição de chapa única não ocorreu por acaso. A burocracia sindical para se manter no aparelho não deu as informações necessárias para o processo eleitoral. Nenhuma discussão na base quanto à atuação da atual gestão, que por sinal sequer tem prestado contas de suas receitas e despesas, em assembleias unificadas da categoria, momento em que se torna possível avaliar e aprovar as contas do sindicato. Trata-se de uma burocracia que abomina a democracia operária, se porta como senhores proprietários do sindicato, cerceia um dos princípios elementares, que é o direito de intervenção e manifestação das correntes políticas minoritárias. Portanto, dificulta a participação no interior do movimento, Congresso etc daqueles que se opõem à sua política e aos seus métodos.

Diante dessa burocracia, da chapa única e da falta de democracia no sindicato, a Corrente Proletária na Educação divulgou um manifesto em defesa do voto nulo nessas eleições do SINTERO. Eis os principais pontos:

1. A defesa da independência do sindicato perante o governo e ao Estado burguês. Isso passa pela defesa das reivindicações dos trabalhadores, a unidade dos oprimidos e pelo método da luta de classes;

2. A luta contra a política de colaboração de classe da burocracia do

Sintero. Os métodos usados pelos dirigentes do Sintero (Articulação PT) tem levado o sindicato a se converter em uma extensão da administração da secretaria municipal de educação. Isso chegou ao ponto de os dirigentes defenderem os interesses do secretário Mário Jorge e do prefeito Carmuça, ambos do PDT e aliados eleitorais do PT. Um exemplo foi o pretexto usado pelos burocratas de que para o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais (IPAM) pudesse continuar funcionando, o prefeito Camuça teria de passar a descontar mais 3% dos salários, que ao somar aos 5%, que começaram a ser descontados a partir do 2º semestre de 1999, totalizando 8%. Isso foi um golpe aos mínguaos salários.

3. O rechaço à política reformista que tem usado o sindicato como trampolim para seus interesses eleitorais. É conhecida a utilização do sindicato na campanha pela eleição do deputado Daniel Pereira, do vereador Manoel Rodrigues e de membros da diretoria, como a do professor Nereu, que se elegeu, na última eleição, para deputado estadual pelo PT.

4. A defesa da luta contra o sistema capitalista, responsável pela fome e miséria da grande maioria da população. Da unidade dos explorados e da luta de classes para enfrentar a burguesia, seus governos e suas correias de transmissão no interior dos organismos dos trabalhadores, que são os burocratas sindicais.

5. Da necessidade defender uma nova sociedade, sem explorados e exploradores, uma sociedade socialista.

Sob a base desses pontos, a Corrente Proletária chamou os trabalhadores da educação a votar nulo e em defesa das seguintes bandeiras:

1. Salário mínimo vital de R\$2000,00, para uma família de no máximo 4 pessoas;

2. Pelo emprego, moradia, saúde e educação para todos;

3. Contra o aumento de descontos dos salários;

4. Contra qualquer forma de plano privado de saúde, inclusive o SINTER/saúde.

5. Pelo o direito à saúde pública e gratuita;

6. Contra o desemprego e contratos temporários de trabalho;

7. Defesa da escala móvel de salário e trabalho e redução da carga horária sem redução do salário;

8. Pela expropriação da rede privada de ensino e pela escola pública, laica e enraizada na produção social;

9. Pela expropriação dos latifúndios, sem indenização, e entrega das terras aos camponeses pobres;

10. Pela expropriação dos bancos, indústrias e grandes empresas em geral, sendo colocados sob o controle dos trabalhadores;

11. Contra a destruição da Amazônia pela burguesia internacional em parceria com a nacional;

12. Pela construção da frente única antiimperialista e anticapitalista como resistência à Alca, à entrega da Base de Alcântara e demais planos do governo;

13. Pelo governo operário e camponês;

14. Pelo socialismo.

Presidente da CUT defende o pacto social

Movimento operário deve dizer não ao pacto social

Com a vitória de Lula, foi desencadeado um movimento de apoio ao governo e à sua estratégia de pacto social. Nos sindicatos, congressos, reuniões etc, o ponto central tem sido a discussão em torno da participação das organizações dos trabalhadores nas instâncias governamentais destinadas a negociarem o pacto. A militância petista e a burocracia sindical a ela ligada defendem a participação dos sindicatos e da CUT das negociações em torno do pacto social. Essa posição de quebra de independência do movimento operário perante a política governamental tem gerado acirrados embates.

Na reunião do Conselho da Apeoesp, com mais de 400 pessoas, a maioria do PT, aprovou um conjunto de medidas contrário aos interesses dos trabalhadores. A primeira diz respeito à conduta dos sindicatos e da CUT diante do governo Lula. Para reforçar a posição de participação nas "instâncias" criadas pelo governo de transição, a diretoria da Apeoesp trouxe o presidente da CUT, João Felício.

Por que Felício esconde o caráter de classe do governo Lula?

Os argumentos do presidente da CUT foram de exaltar a vitória de Lula como a "quebra da hegemonia conservadora". Disse que o Brasil necessita de um contrato social e que a CUT não pode ficar à margem desse processo. Enfatizou que se trata de um jogo de pressão, onde os empresários vão pressionar e os organismos dos trabalhadores têm de também pressionar. E que onde for possível "pactuar" temos de fazer. Por outro lado, mostrava que o programa de Lula não era o programa da esquerda. Tratava-se de um programa para poder ganhar as eleições e depois poder governar. Por fim, concluiu que o programa de Lula é o "programa possível"

nos marcos de uma sociedade burguesa. Citou uma das possibilidades favorável aos trabalhadores: a "inclusão dos 30 milhões de excluídos".

Tais argumentos do presidente da CUT, para defender o pacto social, escondem o essencial da caracterização do governo Lula/PT. Ou seja, de que se trata de um governo burguês. Procurou dar a idéia de que é um governo de todos as classes. Assim, arbitrará interesses distintos. Os capitalistas terão suas exigências e os trabalhadores as suas. O governo do PT tem a missão de administrar os conflitos. Atuará de acordo às pressões dos distintos "segmentos" (segundo João Felício). É nesse sentido que defendeu o governo Lula como aquele que expressa a derrota da "hegemonia conservadora" e que se apoia num mandato popular.

O conceito de "hegemonia conservadora" tem por contraposição a hegemonia progressista. Mas Felício não foi tão longe. Procurou convencer que o novo governo criará condições para reformas populares. Assim, a nova situação governamental exige o apoio dos trabalhadores. O presidente da CUT omitiu aspectos da política que possibilitaram a vitória eleitoral de Lula. São eles: aliança do PT com setores da "hegemonia conservadora", apoio de caciques da "hegemonia conservadora" e contribuição financeira de representantes da "hegemonia conservadora". Como se vê, os burocratas sindicais para defenderem a colaboração de classe e preparem o caminho da traição jogam com todo tido de palavreado. Sobre esse conceito do sociologismo burguês, uma última palavra. O PT governará em aliança com parte da oligarquia.

Um outro lado do seu raciocínio pró-pacto foi o de sonegar a caracterização de classe do governo Lula. É preciso dizer que as características apresentadas por Felício como diferenciadoras do governo PT/Lula em relação a um gover-

no do tipo FHC/Serra ("hegemonia conservadora"), não explicam o fundamental. Qual é o conteúdo de classe do governo Lula? Se não partirmos dessa caracterização, não poderemos entender o que significa o pacto social e que posição de classe deve ter o movimento operário em relação ao governo.

A fundamentação de que é um governo de todas as classes ou a previsão de que será um governo negociador do jogo de pressão entre as classes não tem sustentação na realidade da sociedade de classes e, portanto, do seu Estado. Um governo que não seja nem capitalista, nem operário e nem pequeno-burguês é uma abstração ideológica. Não se constitui caracterização a premissa de um governo inter-classes.

O presidente da CUT, ao dizer que Lula representava um programa de governo "possível" no marco da sociedade burguesa, deixou de completar o seu raciocínio com a premissa obrigatória de que um governo com um "programa possível" para sociedade capitalista é um governo da classe dominante. A característica essencial de um "programa possível" é de só ser possível porque expressa a continuidade da dominação da burguesia sobre o proletariado e demais oprimidos. A referida possibilidade corresponde à aceitação pela classe capitalista nacional e internacional de um governo de um partido que não nasceu diretamente do seu ventre. Veio de uma fração da pequena burguesia e uma do proletariado, protagonistas de movimentos sociais e dirigidas por um contingente de políticos pequeno burgueses e burocratas sindicais. Ainda assim é preciso acrescentar que tal partido logo se configurou como parte do Estado, passando a refletir os interesses históricos da classe capitalista.

O "programa possível" é o programa burguês, segundo o objetivo estratégico do PT de dirigir o Estado, cuja função histórica é de manter a exploração do

trabalho por intermédio da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria explorada. Tendo claro o caráter burguês do governo, temos de defender a independência do proletariado frente a ele.

A suposição de que será um governo favorável aos trabalhadores, caso estes o apoiem contra as pressões do capital, é uma manobra puramente ideológica. Aceitá-la significa substituir e combater a luta de classes pela via da colaboração de classes. Essa linha se contrapõe ao objetivo do proletariado de lutar por suas reivindicações e dirigir a luta de classes contra o Estado burguês e o conjunto da classe dominante.

O que os petistas e burocratas sindicais pretendem, ao chamarem os trabalhadores a apoiarem o governo Lula/PT, é manter a classe operária submetida à política capitalista. Por mais que o governo Lula venha se conflitar com o grande capital em função de suas promessas eleitorais de criar 10 milhões de

empregos, acabar com a fome etc, não poderá contrariá-lo a ponto de cumprir tais objetivos.

Ao afirmarmos isso e denunciarmos o pacto social somos acusados de fazer uma oposição antes mesmo do governo tomar posse. Ocorre que antes de ser eleito, Lula selou um pacto com o grande capital nacional e internacional. Comprometeu-se, formalmente na Carta ao Povo Brasileiro, manter as diretrizes da política econômica do governo FHC, ditada pelo FMI. Os petistas que alegam ser uma mera manobra para enganar a burguesia ou fazem papel de tolos ou usam a má fé. A boca pequena, há aqueles que dizem que se trata de uma condição para tornar possível o programa de governo de Lula. Mas é este o ponto de partida do governo do PT. Para ocupar o poder do Estado, teve de se submeter em linhas gerais ao programa econômico do imperialismo. O grande capital exigiu que Lula demarcasse os limites de seu "programa possível" ao pagamento da

dívida externa e manutenção de todos os contratos existentes. É nesse âmbito que devemos entender a proposta de Lula de negociar um pacto social.

As organizações operárias e camponesas estão sendo chamadas a apoiarem uma política de continuidade de reformas neoliberais, mascarada por programas demagógicos e assistencialistas do tipo "fome zero". Partimos da caracterização de classe do governo Lula e de seus compromissos contraídos com o grande capital antes de ter sido eleito para rechaçarmos o pacto social.

Está colocada como tarefa para o movimento operário a defesa de sua independência frente a esse governo, não permitir que suas organizações sejam arrastadas para o pacto social, exigir que PT/Lula cumpra as promessas feitas aos trabalhadores de 10 milhões de emprego e fim da fome e defender as bandeiras econômicas, antiimperialistas e anticapitalistas.

Publicamos abaixo a segunda parte do texto sobre a conjuntura internacional



O avanço da desintegração capitalista

A desintegração do modo de produção capitalista tem se manifestado na impossibilidade de preservar os ganhos da classe dominante a partir de sua dinâmica fundamental (dinheiro/mercadoria/dinheiro, com extração da mais-valia e reinício do ciclo). O completo esgotamento histórico desse modo de produção se expressa na necessidade capitalista de manter os lucros por mecanismos cada vez mais artificiais e parasitários, e estrangular o custo da força de trabalho a níveis insuportáveis. O parasitismo do agigantado capital fictício acirra as contradições internas do sistema. A enorme massa de capital sem possibilidade de investimento na produção alimenta esse problema. Os balanços fictícios de grandes multinacionais, ocultando prejuízos de bilhões de dólares, expressa o impasse na base produtiva do sistema. A quebra de monopólios com gordas fatias do mercado indica o início de um processo convulsivo na economia

mundial. O artificialismo que garante altos lucros pela especulação tem fôlego curto, está se estrangulando diante da impossibilidade de crescimento econômico mundial. As medidas de cortes de gastos, concentradas nas demissões e cortes de salários e direitos trabalhistas, aliadas à impossibilidade de aplicação de alta tecnologia em larga escala para ampliação da extração relativa da mais-valia, aceleram as tendências à redução da taxa de lucro. O protecionismo e a disputa pelo controle das matérias-primas introduzem ainda mais elementos de acirramento das contradições internas do sistema. As crises regionais sucessivas, como as que varreram México, Argentina, Rússia, Turquia, Brasil e Argentina novamente, se encadeiam de acordo com o ritmo e evolução da crise mundial e tendem a uma quebra mais geral. A destruição de economias nacionais inteiras é encadeada uma após outra, de acordo com o fluxo do

capital volátil e inaplicável à produção. A estagnação mundial já atingiu a maior potência mundial e tende rapidamente para uma recessão global, de conseqüências avassaladoras. A não-realização da revolução proletária internacionalmente conduz o mundo à barbárie, da qual já vemos elementos ao redor em toda a parte. A desintegração capitalista coloca de modo mais grave e urgente a alternativa socialismo ou barbárie.

O mecanismo artificial de desvio de capital das semicolônias para as metrópoles aplicado com mais intensidade nas últimas décadas, pelo endividamento das semicolônias, tem mostrado sinais de esgotamento. A impossibilidade de crescimento econômico, ditada pelo ritmo estagnado da economia mundial, leva os países endividados à falência. A aplicação rigorosa dos ditames do capital financeiro internacional torna os países em insolventes. A desintegração

do capitalismo arrasta os Estados nacionais à falência. Expressa o parasitismo agigantado e impossível de ser saciado nas condições de estagnação/retrocesso mundial. Aponta para uma crise sistêmica do capitalismo. O esgotamento desse mecanismo criará novas dificuldades ao imperialismo, tanto pela impossibilidade material de preservação do fluxo de dinheiro proveniente das semicolônias como pela explosão de crises sociais nesses países arrasados economicamente.

A necessidade de controle absoluto sobre as fontes de produção de matérias-primas pelo imperialismo, aliadas ao aumento da opressão nacional e social, agravam as tendências ao choque entre as nações semicoloniais e os países desenvolvidos. Setores das burguesias semicoloniais atrasadas e submissas entram em choque com os interesses de controle absoluto pelo imperialismo, as contradições internas são acirradas e aumenta a luta de classes. As conseqüências são o aumento das tendências bélicas ao intervencionismo militar e de explosão de revoltas nos países atrasados. Muitas vezes, essas tendências de revoltas são encabeçadas por correntes nacionalistas burguesas, incapazes de oferecer resistência conseqüente ao imperialismo. Esta dependeria do armamento geral das massas e da construção dos partidos revolucionários. Mas a tendência objetiva ainda permanece: vivemos a época de choque das semicolônias contra a ofensiva militar imperialista. O que define a importância decisiva da luta antiimperialista, da correta aplicação da tática de frente única antiimperialista, síntese da liderança do proletariado em relação à nação oprimida, da impotência da burguesia nacional atrasada e da ligação da luta antiimperialista com a revolução proletária. As atuais regiões confla-

gradadas, como o Oriente Médio e América Latina, mostram como o imperialismo está disposto a avançar tremendamente seu domínio mundial. A utilização do atentado de 11/09/2001 como pretexto para o intervencionismo somente abriu as portas da ofensiva geral.

O desemprego é um dos aspectos fundamentais do capitalismo, desde seu nascimento. Decorre inevitavelmente da concorrência capitalista e da anarquia da produção, que pressiona pela alteração da composição orgânica do capital. A existência de um exército de desempregados colabora para com a pressão pela redução dos salários. Só foi possível a redução relativa do exército de desempregados em momentos de crescimento geral capitalista, ou de reposição de forças produtivas destruídas pelas grandes guerras. Na atualidade, não há nenhum indício de que seja possível uma retomada de crescimento capitalista. As tendências apontam no sentido oposto. As fusões de empresas, a imposição de tratados de livre comércio, o agigantamento do parasitismo financeiro, a falência dos estados, tudo aponta para a redução dos empregos e salários. A unidade do proletariado, que deve juntar empregados e desempregados, é a única força capaz de fazer frente a essas tendências. A massa de desempregados, que cresce a cada dia, e principalmente na juventude, vai fomentando a crise social e a violência urbana. A burguesia marginal (vinculada ao tráfico de drogas, contrabando e banditismo) cresce e torna-se empregador de uma massa de desempregados sem alternativa. A falta de uma direção revolucionária nas organizações de massa inibe a defesa dos direitos mais elementares das massas e permite o desenvolvimento acelerado dos elementos de barbárie.

A necessidade de ampliação da ofensiva contra as massas em geral,

de ampliação da opressão nacional e social, enfim da elevação da superexploração do trabalho levarão as massas a reagir, ainda que instintivamente. Diante das tendências recessivas internacionais, não existe possibilidade de concessão de migalhas significativas para as massas, a fim de conter seu ímpeto. Há duas tendências colocadas pela situação: a de maior resistência das massas à ofensiva capitalista e a de maior utilização pela classe dominante da máquina repressiva do Estado burguês. Essa repressão vai desde o policiamento e choque contra as manifestações e movimentos, passando pela perseguição política das lideranças, liberdade de ação aos grupos paramilitares, até a ofensiva bélica contra as semicolônias. As massas terão de aprender a erguer sua autodefesa e enfrentar a origem da violência: o Estado capitalista e as relações de produção assentadas na superexploração do trabalho.

O acirramento das tendências desagregadoras do modo de produção capitalista colocam de modo mais imediato o dilema socialismo ou barbárie. A tendência das correntes e partidos reformistas ou de esquerda democratizante é a de jogarem um papel mais aberto de contenção das lutas, ou mesmo de instrumentos da classe dominante no interior do Estado. As condições são favoráveis à construção de partidos autenticamente revolucionários, assentados no socialismo científico e em sua aplicação às realidades nacionais (programa). As massas estão pagando (e terão ainda de pagar) muito caro pela ausência do partido mundial da revolução socialista. O destino da humanidade está ligado diretamente à solução da crise de direção do proletariado, em favor deste.

Iraque

Novamente a ONU aprova resolução contra a autodeterminação dos povos

A resolução 1441, aprovada por unanimidade no Conselho de Segurança, confirma mais uma vez que a ONU é uma marionete do imperialismo. O governo Bush está determinado a ocupar militarmente o Iraque porque objetiva controlar o petróleo e destruir qualquer resistência nacionalista no Oriente Médio.

É tão evidente o interesse econômico dos Estados Unidos que o ex-Ministro da Justiça do governo de François Mitterrand considera inevitável a guerra, tendo ou não arsenais químicos no Iraque. Diz: "Os Estados Unidos entenderam bem a ambigüidade do regime da Arábia Saudita, eles precisam ocupar diretamente um território rico em petróleo e assumir sua gestão. A guerra no Iraque é inevitável nesse quadro, porque eles querem controlar o sistema de petróleo e financeiro do Iraque". Trata-se de uma declaração de uma autoridade que conhece a extensão dos interesses colonialistas e do lugar que ocupa a maior potência nos conflitos que envolvem domínio territorial.

No Conselho de Segurança, o governo francês procurou protelar a decisão norte-americana de ir à guerra, justamente em função dos seus próprios interesses petrolíferos, comerciais e geopolíticos. Também para comparecer no contexto mundial como a potência que tem por política a via diplomática e pacífica para resolver os conflitos. E manter a fachada da ONU como instrumento da paz. Defendeu que se aprovasse uma nova resolução de inspeção ao Iraque.

O governo Bush, que havia declarado atuar com ou sem o consentimento da ONU, admitiu a manobra francesa, vendo que se chegava a uma resolução imperial e que esta não seria um obstáculo para seu objetivo bélico. Mais pretoriana e ofensiva que a anterior, dá aos inspetores poderes para vasculhar o Iraque.

O governo de Saddam aceitou tais exigências, declarando disposto a colaborar integralmente com os inspetores, na certeza de que não encontrarão ne-



Manifestação contra a guerra dos EUA ao Iraque realizada em Florença, Itália.

nhuma fábrica de armas químicas e nucleares, uma vez que não as tem. O governo Bush, apoiado na resolução 1441, exige que as autoridades iraquianas apresentem no prazo determinado a lista de armas e locais de sua produção.

Já se propagandeia que Saddam teve tempo de camuflar o armamento, de forma a não ser encontrado. Os inspetores de guerra, verdadeiros cães farejadores de Bush, baixaram no Iraque com os mais sofisticados instrumentos de detecção. Mesmo assim, os propagandistas do imperialismo dizem que é muito difícil investigar um território tão extenso quanto o do Iraque. Como se vê, o sentido da resolução é dar suporte institucional para a guerra.

Os Estados Unidos e Inglaterra já têm tudo preparado. Mesmo com a instalação do corpo de inspetores no Iraque, o Pentágono continua a arregimentar aliados fantoches para desfechar o ataque. As "áreas de exclusão" impostas pelos Estados Unidos/Inglaterra, depois do fim da guerra do Golfo (1991), a margem da ONU e com sua conivência, voltaram a ser atacadas como aviso e apoio militar aos inspetores.

O que está acontecendo no Iraque, em meio à conturbada situação de crise mundial, é expressão do mais agressivo colonialismo imperialista. A resolução pró-guerra da ONU foi resultado de um ultimato dado pelos Estados Unidos, cujo conteúdo reflete a prepotência do capital multinacional contra o direito à autodeterminação das nações. O voto da Síria a favor da resolução, tida também como parte do "eixo do mal" por Bush, sob a alegação de que não autoriza os EUA desencadearem a guerra, mal esconde sua capitulação. Os governos árabes se comportam como vassalos.

Ainda que a ação militar não venha a ser desfechada, a resolução 1441 é uma declaração de guerra do imperialismo contra uma nação semicolonial, oprimida.

É preciso que os trabalhadores compreendam o significado mais profundo da ofensiva bélica norte-americana no Golfo Pérsico. Trata-se da atuação do capital monopolista por cima das fronteiras nacionais dos países atrasados e indefesos.

O capitalismo se desintegra por toda parte. A Europa e o Japão se encontram

sufocados pela impossibilidade de suas forças produtivas internas se expandirem. Os Estados Unidos, depois de uma década de euforia, passam a ser o epicentro da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção altamente monopolizadas.

Guerras comerciais, política de blocos e protecionismos, encabeçados pelas potências, são sintomas de que as forças produtivas mundiais se encontram comprimidas pela camisa de força dos trustes e do gigantesco parasitismo financeiro. Estreita-se cada vez mais o mercado mundial, no qual se insere a

maioria das nações saqueadas, endividadas, empobrecidas e mergulhadas no atraso, e nas quais as massas desempregadas e submetidas a situação miserável não tem acesso aos bens mais elementares.

As forças produtivas, comprimidas pelos monopólios e pelas fronteiras nacionais, se convertem em crise mundial. O imperialismo assume a forma mais acabada do colonialismo, agindo por cima das fronteiras e usando o poder militar. A guerra imperialista é um sintoma da desintegração mundial do capitalismo. É nesse sentido que o proletariado e as

massas oprimidas devem compreender o ataque dos Estados Unidos ao Iraque.

A defesa da autodeterminação das nações oprimidas constitui um ponto programático da luta antiimperialista, que só o proletariado e demais trabalhadores podem empunhar. Implica denunciar a ONU como organismo das potências, rechaçar a resolução de inspeção e organizar a luta antiimperialista para derrotar a ofensiva militar dos Estados Unidos e seus comparsas. Somente o proletariado organizado mundialmente, apoiado no programa da revolução socialista, terá condições de resistir à barbárie.

Argentina hoje: democracia direta nos movimentos, assembleias populares, hospitais, supermercados e fábricas ocupadas. O caminho é a ação direta dos trabalhadores para enfrentar a crise.

A Argentina vive hoje um cenário de muita miséria, desemprego e fome. Segundo pesquisa do *Clarín* de 22/08/02, 53% dos argentinos estão abaixo da linha da pobreza; em um ano o número de pobres aumentou 6,15 milhões, somando hoje 19 milhões e, de acordo com a *Folha de São Paulo* de 24 de novembro, 6 milhões de argentinos vivem hoje sem recursos para comprar uma cesta básica de alimentos. Mas a Argentina hoje também é cenário de muita luta, manifestações e experiências de democracia direta na organização das massas trabalhadoras para enfrentar as consequências da crise capitalista. Membros da *Corrente Proletária na Educação*, puderam verificar



Em Tucumán, Franco Dibenedetti segura a irmã Milagros, de seis meses, que sofre de desnutrição

nas semanas passadas até que ponto, neste momento de crise, valores sa-

grados do capitalismo, como a propriedade privada, são atropelados pelas necessidades da população.

A desagregação da economia argentina é o resultado de mais de trinta anos de política entreguista, acentuados desde a ditadura militar e os governos de Alfonsín e Menem que terminaram de privatizar o país. Isto fez com que muitas fábricas se fechassem de repente, eliminando bruscamente muitos postos de trabalho. Diante da necessidade concreta de garantir seus postos de trabalho e se alimentar, os trabalhadores organizaram saques, e mais do que isso, ocuparam fábricas. Hoje, das 1200 fábricas fechadas, mais de 10% já foram ocupadas pelos operários. Algumas dessas fábricas, como a fábrica de cerâmica Zanon, estão funcionando melhor do que antes da ocupação.

Estão gerando postos de trabalho, mantendo os salários em dia, e prin-

principalmente sendo controladas pelos operários por meio de assembléias. Percebe-se com esta ação que as fábricas sem o patrão, o empresário, funcionam muito melhor.

A partir desta semana, a articulação entre todas as fábricas ocupadas se fortalecerá. Representantes das assembléias de fábricas ocupadas, reúnem-se numa coordenação para organizar ações conjuntas. Os representantes se rodiziam para evitar a constituição de burocracias, numa clara manifestação de desconfiança dos operários argentinos com os métodos da corrupta burocracia sindical. Alias, a burocracia das centrais sindicais pressionam no sentido de impedir que se realizem assembléias diárias e buscam controlar a organização autônoma dos trabalhadores. O movimento de ocupação de fábricas avança e agora já se discute a ocupação não apenas fabricas abandonadas, mas também fábricas operando com o patrão dentro.

A crise também atingiu violentamente a classe média, que igualmente sofre com o desemprego e os confiscos promovidos pelo Estado. O estopim para que este setor partisse para o confronto com o Estado foram os dias 19 e 20 de dezembro de 2001. O então presidente Fernando de la Rúa decretou estado de sítio. Sem organização prévia, 500 mil pessoas saíram de suas casas para mostrar que o ato do presidente não havia sido acatado pela população. A partir dessa data se fortaleceu a organização das assembléias de bairro. Nestas assembléias, que funcionam nas ruas ou em locais ocupados, se discute desde as questões imediatas do bairro até a conjuntura nacional e internacional. As assembléias se dividem em comissões, e praticamente todas assembléias têm um restaurante para que os desempregados e seus filhos possam se alimentar. Há também muitas clínicas, hospitais e supermercados ocupados. As decisões quanto às ações nestes locais também são subordinadas às assembléias de bairros.

Há uma articulação nacional destas assembléias, com representação. O que se prepara hoje é uma grande manifestação em 19 e 20 de dezembro, com a participação das assembléias, e outros movimentos importantes, dentre os quais se destacam os "piqueteiros" (trabalhadores que desde o ano 2000 vem enfrentando os governos provinciais e federal com cortes e ocupações de estradas). Este ato terá como temas o tarifaço (um aumento de impostos exigido pelo FMI), a questão da moradia (há muitas ocupações por toda a Argentina) e a campanha "Que se vão todos", que desconhece a democracia burguesa como forma de organização.

Repressão

Todos estes movimentos estão sendo duramente reprimidos pelo Estado, por meio da polícia e até por forças para-militares. Além do assassinato de militantes, o estado busca criminalizar os movimentos sociais, ditando, por exemplo, penas de 5 a 14 anos para pessoas famintas que saquearam supermercados. É neste momento de crise em que toda a população percebe com nitidez a quem serve o Estado, a grande mídia, etc... O Estado argentino não tem mais por onde controlar os movimentos que surgem e se fortalecem a cada dia. A única possibilidade seria um golpe militar (a Argentina já possui 5 bases militares norte-americanas). Mas esta ação envolve muitos riscos para o próprio Estado.

Há 25 anos que o movimento das mãos da praça de maio não deixam que se esqueça o que foi o regime militar. Um regime que assassinou 30 mil pessoas, numa população de 30 milhões. Há sete anos se constituiu o movimento dos filhos dos desaparecidos, que busca resgatar a identidade de crianças adotadas pelos militares e exigir justiça aos torturadores e assassinos de seus pais. Os governos posteriores à ditadura garantiram, por meio de leis, a impuni-

dade dos assassinos, tanto o movimento dos filhos, como das mães dos desaparecidos tem regionais por toda a Argentina e até fora dela. Diante da impunidade, eles aplicam uma punição social: o escrache. Prepara-se um escrache com cerca de dois meses de antecedência, avisando aos moradores de determinado bairro que eles tem como vizinho um militar que atuou na ditadura. Faz-se panfletos, cartazes, atividades culturais contando quem é a pessoa, onde mora e o que fez. No dia do escrache se lê um documento e todos atiram bolinhas com tinta vermelha na casa, para lembrar o sangue dos desaparecidos.

As experiências de organização das massas oprimidas argentinas – semelhante a forma soviética, e o uso da ação direta para garantir a sobrevivência das massas trabalhadoras são uma denúncia contundente de que a democracia burguesa é a ditadura de classe da burguesia. Há um descrédito muito grande com os políticos. A maior parte das assembléias já aprovou a bandeira: "que se vão todos". Não há mais a esperança de que um novo nome na presidência possa resolver os problemas nacionais. Apesar de haver tendências nacionalistas ou mesmo anarquistas, há uma clareza muito grande de que os trabalhadores devem tomar seus destinos em suas próprias mãos. A cada dia os movimentos avançam em sua organização, se fortalecem e mostram que a classe operária de fato possui um instinto revolucionário.

Os militantes da Corrente Proletária na Educação participaram ativamente de várias assembléias e reuniões dos ativistas populares, e constataram a profunda ruptura da institucionalidade burguesa e o potencial revolucionário da experiência argentina. Perceberam também o enorme interesse pela situação da luta de classes no Brasil por parte dos trabalhadores argentinos e denunciaram sem receios que o governo de Lula será de traição às esperanças dos trabalhadores.

Nesta edição:

- Argentina
Preparemos o boicote às eleições
Pôr em pé a Frente Única Antiimperialista
- Bolívia:
Fenômeno dominante: A agudização da luta de classes esgota a ofensiva instintiva e torna imprescindível a direção da política proletária

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Argentina

Preparemos o boicote às eleições
Pôr em pé a Frente Única Antiimperialista

O governo peronista de Duhalde é tão pró-imperialista quanto os demais. É sustentado pelo Partido Justicialista (Peronista) em crise, pelos governadores e parlamentares peronistas e pela burocracia sindical.

A política deste governo foi marcada, desde o início, pela vontade de restabelecer plenamente as relações com o FMI e acatar suas ordens. Ninguém imagina que algum de seus candidatos possa oferecer uma política diferente no futuro.

Agora, o FMI pressiona pela privatização ou redução dos bancos estatais, para deixar um espaço maior para os bancos privados internacionais mais fortes; pressiona pelo ajuste das tarifas dos serviços públicos, pelo fim do "corralito"; exige modificações no orçamento para que sobre mais dinheiro para pagar a dívida externa, rechaça qualquer aumento salarial ou de aposentadorias e pensões, quer que as reservas monetárias sejam utilizadas para pagar as dívidas etc.

Esse governo não tem autonomia. Atua pressionado pelos banqueiros internacionais e pelas multinacionais. Os processos contra a Corte ou as leis, que fez para favorecer seus amigos, tiveram de ser retiradas.

As indas e vindas com as leis acabam gerando diariamente um novo escândalo: denúncias de corrupção, de manobras etc. É o regime como um todo que está em avançado estado de podridão e não se consegue detê-lo.

Na verdade, a Corte e os congressistas gozam do repúdio generalizado da população. Nesse quadro, as eleições só

permitem que se oxigenem um pouco. Podemos constatar que, apesar da campanha já ter começado a bastante tempo, não gerou nenhuma ilusão. Na opinião da maioria, são todos iguais.

Nos últimos dias, grupos de empresários, o governo e o embaixador ianque voltaram a pressionar Reutemann para que este aceite ser candidato. Estão desesperados para encontrar uma figura que não se pareça com os mesmos políticos de sempre.

O governo anuncia que há indícios de reativação e que está saindo da crise, que os números estão melhores. Tudo mentira, as próprias estatísticas oficiais demonstram que o grau de empobrecimento e de padecimentos das massas continua se agravando. A burguesia é incapaz de desenvolver a economia do país, resolver os problemas do desemprego e da miséria. Enquanto continuar no poder, continuará destruindo as forças produtivas. A maioria da população já tem certeza que sua bandeira "que todos se vão" não será alcançada pelas eleições. Compreendem que os mesmos que nos trouxeram a esta situação continuarão governando.

Um regime como este se mantém devido a incapacidade das massas em varrê-lo de uma vez.

A classe operária empregada não intervém de conjunto na crise. A quanto tempo não se convoca nem sequer uma paralisação geral de suas atividades? Isto revela que ela ainda segue controlada e tutelada pela burocracia sindical, que tem hoje o papel de salvar o regime.

As condições tem piorado: redução do salário real, não pagamento de salários, maior exploração, demissões etc.

Uma parte da vanguarda que luta, está orientada por organizações que trabalham por uma saída eleitoral ou constituinte, anestesiando a potencialidade revolucionária do movimento, o divisionismo artificial, sem princípios também conspira contra a articulação desta vanguarda. Os eleitores querem levar as consignas das massas para o terreno eleitoral, enquanto a vontade das massas é a de consegui-las por suas próprias mãos.

Hoje tem uma grande importância para as organizações revolucionárias a combater ao eleitoralismo, chamando um boicote organizado às eleições. Não devemos deixar com "liberdade de ações" aos que querem experimentar eleitoralmente, devemos combatê-los porque se convertem em um obstáculo para as massas, porque querem reconstruir as ilusões na burguesia e suas instituições.

As organizações e militantes que conseguem ver este perigo precisam buscar uma forma de multiplicar nossas vozes e ações para derrotar os reformistas empedernidos.

Todas as lutas confluem para um inimigo comum, o imperialismo. É o imperialismo que dirige e decide quais políticas devem ser aplicadas. A burguesia nacional se mostrou definitivamente estar com os pés e as mãos atados aos designs do amo.

Por isto é imprescindível colocar em

pé uma Frente Única Antiimperialista que concentre todas as reivindicações sociais, democráticas e nacionais, que expresse a aliança de todos os setores explorados e oprimidos (não exploradores) sob a direção da classe operária. Uma frente que se apóie na organização das massas desde a base. Uma frente que desenvolva todos os meios de ação direta das massas para resolver nossas reivindicações.

As atuais condições internacionais são de acelerada desintegração do capitalismo, de recessão nas principais potências imperialistas, de guerras para sustentar sua dominação e controle dos recursos energéticos. Nessas condições, não existe nenhuma possibilidade das massas na Argentina, ou de nenhuma outra nação atrasada, encontrarem uma "saída" capitalista para a crise.

Nessa situação, urge colocar em pé

verdadeiros partidos revolucionários da classe operária em cada país, e em nível internacional construindo o CERQUI (Comitê de Enlace para a Reconstrução da Quarta Internacional). Não se trata de construir ajuntamentos eleitorais ou oportunistas sobre uns poucos pontos que se quebram no primeiro acontecimento substancial da luta de classes.

Trata-se de construir o programa da revolução em cada país, como parte de um processo internacional único. Isto significa conhecer com precisão as bases materiais que devemos transformar, quais as tarefas que a revolução deve resolver, como estruturar a aliança de classes imprescindível para realizar esta revolução, qual a política militar da classe operária e como resolvê-la etc.

Para que a classe operária, seu programa, sua expressão consciente se materializada em partido, possa jogar um

papel de direção no movimento de massas em curso é imprescindível serem realizadas todas as tarefas para sua construção o mais rapidamente possível, superando as limitações neste trabalho, ajustando o programa, os métodos de intervenção, caracterização da etapa, o trabalho de formação de quadros políticos.

Verificamos que nossas posições se ligam à ação direta das massas, conseguindo dar expressão política. Onde intervimos temos de jogar um papel de direção. Mas não basta. Devemos organizar, planificada e centralizadamente, nossa intervenção para poder aproveitar toda a potencialidade que esta situação excepcional nos oferece.

(extrato do "Masas" argentino nº 170 de outubro de 2002)

Bolívia:

Fenômeno dominante: A agudização da luta de classes esgota a ofensiva instintiva e torna imprescindível a direção da política proletária

Tomamos como exemplo dois pólos extremos: Bolívia (proletariado politizado e partido marxista-leninista-trotskyista em ação) e outros países do continente (Argentina, Brasil etc., onde o instinto comunista das massas assalariadas não se transformou em consciência de classe, em política, em programa-partido).

A Temerária Luta das Massas

Nos diversos países, as massas esgotadas pela intensa miséria, o desemprego, a crise econômica capitalista etc., podem explodir e estourar contra a opressão da burguesia e de seus governos de plantão. Ganham as ruas, fazem greves, ocupam fábricas terminando até por incendiá-las, etc.

Muitos politiquês ou metidos a políticos dizem que isto já é política (luta de classe contra classe?), e que portanto conduz o proletariado à conquista do poder.

Como pensam que as massas serão as que consumarão a revolução social e para isto basta que estas saiam as ruas.

Os analistas nem se perguntam se existe ou não um partido político revolucionário por detrás. Parecem concluir que se não existe não importa.

Pode acontecer o caso de que exista um partido com rótulo de revolucionário e que figure nos registros eleitorais.

O Partido Dirige as Massas para a Insurreição e a Tomada do Poder

O processo revolucionário é diferente. O Partido marxista-leninista-trotskyista deve estar totalmente soldado às massas (melhor ainda se ocorrer o inverso). Isto quer dizer que a linha política aparece como expressão qualitativamente superada do impulso instintivo. A luta cega dos explorados e oprimidos é superada pelo plano minucioso da organização, armamento das massas, que deve assinalar com precisão a data, a hora, da concentração dos efetivos revolucionários chamados a consumir a tomada do poder político.

Por isso, a luta instintiva das massas

deve ser superada pelos planos políticos partidários.

Se isto não ocorre, quer dizer que as massas acabarão apoiando a fórmulas políticas, partidários, estranha às massas e ao proletariado. Dessa forma, a luta heróica das massas acaba sendo levada para modificações qualitativas, graduais, da ordem social burguesa, ou seja, as massas acabam sendo enganadas.

A chave da vitória: O Partido do Proletariado.

Para isso é necessário que este expresse politicamente o que é o impulso instintivo inicial nas massas.

O partido não surge de uma hora para outra, é o produto do longo e controverso processo de transformação do instinto das massas em consciência de classe, em partido, em programa, que é nada menos que a revelação das leis do desenvolvimento e transformação da sociedade.

(extraído do "Masas" boliviano nº 1826 de outubro de 2002)

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciadas no jornal "Massas" nº 160. Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da Ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em 1974, justamente que a militância nova do partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques se contrapondo à tentativa de organização dos foquistas do período.

Questões de Organização I – Partido e Militante O Militante (III)

O Partido incorpora militantes para que vivam a vida partidária em suas células e sejam membros de um exército combatente, que necessita que seus membros se encontrem sempre prontos para a luta. Pertencer ao POR, quer dizer trabalhar disciplinadamente em uma de suas células, não existe outra forma de se integrar suas fileiras, e as cerimônias de admissão, que podem ou não ocorrer, não alteram o significado deste fato fundamental. O Partido sabe que seus quadros constituem para ele um capital inestimável e por isto cuida bem deles, ensina-lhes a burlar a vigilância policial, etc. Não existem registros de filiados e o que deixa de trabalhar em uma célula não é mais membro do partido.

Os outros partidos de esquerda recorrem a verdadeiras artimanhas e trapaceas para aumentar sua militância (arrancar juramentos por meios equivocados, afirmam que se entrar poderá realizar viagens, ou adquirir uma cadeira em determinada faculdade, ou partem para campanhas de filiações, ou mesmo tentam prender as pessoas pelas amizades, com festas e bailes, etc.).

Muitos se esquecem que num país onde a arbitrariedade policial é a norma, o mais aconselhável é ter muito cuidado com os registros dos militantes, das cotizações e com toda a documentação que possa contribuir para queimar a nova militância.

Sabemos que um militante vale mais que uma legião de simpatizantes, de aficionados por política e de companheiros de estrada.

O partido forma militantes que trabalham não somente nos períodos de ascenso das massas (quando a corrente favorável permite contínuos êxitos), mas que continuam ocupando seus postos de

batalha nos momentos mais difíceis, quando as derrotas os isolam das massas, quando a tarefa básica consiste em salvar o programa e mantê-lo alto.

Os quadros médios, aos quais o Partido dedica uma formação especial, constituem o esqueleto da organização e são os organizadores, propagandistas e agitadores por excelência.

Deveres dos militantes:

A) Acatar as deliberações das reuniões nacionais (Congressos e Conferências), do Comitê Central, dos Regionais e das Células. Deve cumprir estas determinações ainda que esteja em desacordo com elas, tendo o direito de fazer constar este fato e de representá-las internamente pelos canais normais.

B) Observar uma severa disciplina, que é a expressão mais acabada do centralismo democrático. A disciplina se baseia em uma profunda compreensão do programa partidário e não unicamente no temor pelas sanções.

C) Cotizar pontualmente. Estudar e difundir os materiais partidários em especial seu jornal.

D) O militante em suas atividades externas deve desenvolver e defender a linha política oficial do partido, ainda que esteja em desacordo com ela internamente.

E) O militante deve observar as regras de clandestinidade. Sobre o funcionamento da organização, da constituição das direções etc., só deve conhecer os dados necessários ao cumprimento de suas tarefas imediatas. Está proibido de pedir referências sobre a localização e a composição da direção, das células, das equipes especializadas, etc. A regra é: quanto menos detalhes um militante conhecer sobre a marcha da organização, melhor. Esta proibição não se refere aos problemas políticos e teóricos, sobre os quais pode pedir todas as informações que forem necessárias.

F) Os militantes estão terminantemente proibidos de difundir rumores ou de comentarem atividades partidárias fora de suas células, este costume pernicioso é comparado à delação.

São direitos dos militantes:

A) Todo militante, depois do tempo de antiguidade estabelecido pelos estatutos, pode aspirar a cargos de direção, inclusive os mais elevados, com uma só condição: que demonstre devoção ao trabalho partidário e capacidade. O Partido está vivamente interessado em uma rápida formação dos quadros médios de direção.

B) Os militantes podem expressar livremente suas idéias opostas às da direção, suas divergências com a tática partidária de determinado momento, desde que não se coloque como uma ruptura com o programa. A direção é obrigada a dar todas as garantias necessárias de que divulgará internamente estas posições opositoras – mas de forma alguma para o exterior – e poderão ser formadas agrupações em torno delas. Ao militante lhe assiste trabalhar em favor de sua fração e de procurar ganhar para suas posições a maioria da militância partidária.

C) O militante que cumpra as determinações estatutárias tem o direito de participar em todas as reuniões de sua célula e das regionais e nacionais para as quais forem designados delegados.

D) Os militantes que divergem da direção terão espaços nos boletins internos para suas teses, mas não no periódico central, pois este deve refletir a linha partidária oficial perante as massas.

Os militantes vindos da pequena-burguesia se proletarizam ao se identificarem com o programa da classe operária. O Partido, obedecendo a necessidade do trabalho organizativo, pode enviar alguns deles para as fábricas.